

A filosofia moral de Alasdair MacIntyre na perspectiva dos estudos organizacionais

Este artigo tem por objetivo analisar a maneira pela qual a filosofia moral de MacIntyre (1981, 1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b) tem sido adotada no âmbito dos Estudos Organizacionais (EOs). Trata-se, portanto, de um ensaio teórico elaborado a partir dos principais fundamentos ontológicos e epistemológicos que alicerçam a sua filosofia moral, identificados, sobretudo, por meio de uma série de trabalhos publicados em periódicos do campo da administração a nível internacional que discutem a sua filosofia na perspectiva da teoria organizacional. Ademais, com base na análise dos trabalhos este ensaio identificou que a filosofia moral de MacIntyre contribui para os EOs, sobretudo na ampliação dos estudos das práticas sociais no âmbito das organizações, fazendo entender que a moral atua como um elemento balizador das relações sociais comunitárias de aprendizagem organizacional.

Palavras-chave: Moral; Comunitarismo; Estudos Organizacionais, Práticas; Aprendizagem Organizacional.

Alasdair Macintyre's moral philosophy from the perspective of organizational studies

This paper aims to analyze the way in which the moral philosophy of MacIntyre (1981, 1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b) has been adopted within Organizational Studies (EOs). It is, therefore, a theoretical essay elaborated from the main ontological and epistemological foundations that underlie its moral philosophy, identified above all through a series of works published in journals in the field of administration at international level that discuss the his philosophy from the perspective of organizational theory. Moreover, based on the analysis of the works, this essay identified that the moral philosophy of MacIntyre contributes to the EOs, especially in the expansion of the studies of social practices within the organizations, making it understand that the moral acts as a beacon element of the community social relations of organizational learning.

Keywords: Moral; Communitarianism; Organizational Studies, Practices; Organizational Learning.

Topic: **Teoria Geral da Administração**

Received: **03/07/2019**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Approved: **05/09/2019**

Daniel Felipe Victor Martins 
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6868005868270518>
<http://orcid.org/0000-0001-7797-5576>
dfvicmar@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2019.003.0002

Referencing this:

MARTINS, D. F. V.. A filosofia moral de Alasdair MacIntyre na perspectiva dos estudos organizacionais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.10, n.3, p.11-20, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2019.003.0002>

INTRODUÇÃO

Alasdair Chalmers MacIntyre é um teórico britânico integrante do movimento comunitarista da filosofia (*comunitarism*), que durante a década de 1980 deu início a uma série de discussões sobre a questão da moral. A sua filosofia moral problematiza acerca de um suposto estado emotivista da sociedade (*emotivism*) emergido da modernidade (MACINTYRE, 2001). Tal emotivismo é um dos principais pontos que MacIntyre coloca em discussão, tratado especialmente, nas obras: *Depois da Virtude (After Virtue)*; *Justiça de Quem? Qual Racionalidade? (Whose Justice? Which Rationality?)*; e *Três Versões Rivalis sobre a Pesquisa Moral (Three Rival Versions of Moral Enquiry)*, publicadas respectivamente nos anos de 1981, 1988 e 1990.

Nos termos de MacIntyre (2001), o emotivismo é uma “(...) doutrina segundo a qual todos os juízos valorativos e, mais especificamente, todos os juízos morais não passam de expressões de preferência, expressões de sentimentos ou atitudes, na medida que são de caráter moral ou valorativo” (MACINTYRE, 2001). Nesse contexto, inicia sua crítica combinando teorizações sobre as estruturas racionais weberianas com o crescente processo de racionalização intelectualista do progresso científico e que ao seu entender conduziu à modernidade a uma racionalidade com características dominantes e instrumentais (MACINTYRE, 1981, 2001).

Epistemologicamente, a sua filosofia moral insiste na emergência de se criar formas de comunidades locais inspiradas no aristotelismo (DOBSON, 1998; BEADLE et al., 2011), transformando a sua teoria em um ponto de referência no debate acadêmico da filosofia, das ciências humanas e sociais. As suas teorizações em torno do comunitário representam uma reação à tradição das filosofias anglo-saxônicas e norte-americanas, onde procurou realizar uma profunda análise sobre o porquê do fracasso moral da modernidade, sobretudo pela denúncia de uma possível abstração de uma sociedade individualizada preocupada exclusivamente em fundamentar teorias do que em narrar histórias (MARTINS, 2017).

Para MacIntyre (2001, 2010a), a modernidade ao tomar como ponto de partida uma suposta liberdade do sujeito, coloca toda a sua ênfase na autonomia e na individualidade, conduzindo à criação de sujeitos abstratos distanciados completamente da comunidade. Em outras palavras, os indivíduos passam a ser unicamente signatários de direitos e deveres (RAWLS, 1997), na medida em que ignoram o conceito de vida em comunidade (RAWLS, 1997; KELSEN, 1999), provocando o desaparecimento do sujeito e fazendo o indivíduo tornar-se completamente descartável, conforme pode ser entendido por uma das críticas foucaultianas sobre a modernidade, quando questiona a existência de certos valores totalitários imputados sobre a razão que transformam o sujeito em um indivíduo subserviente a exigências e normas universalizantes.

Como alternativa à modernidade, MacIntyre (2001) defende a realização de uma pesquisa moral de natureza prática, compreendida entre valores e ações, fazendo destacar a necessidade de uma análise em torno de tradições anteriores, esperando alcançar a compreensão dos principais problemas morais que permeiam a sociedade contemporânea, notadamente destacadas pelo campo da ética, política, cultura, organização e sociedade. Nesses termos, pressupondo que a filosofia comunitarista de MacIntyre (1981,

1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b), fornece alguns elementos teóricos suficientes para discutir a atual crise moral causada pela modernidade, proponho guiar esta tese, a partir da seguinte questão de pesquisa: Quais as possíveis contribuições teóricas da filosofia moral de Alasdair MacIntyre como elemento organizador das relações morais em comunidades?.

Para respondê-la, o presente ensaio procurou analisar a maneira pela qual a filosofia moral de Alasdair MacIntyre tem sido adotada no âmbito dos Estudos Organizacionais (EOs), enquanto uma possibilidade de ampliação das discussões teórico-empíricas que envolvem o campo. Portanto, a partir deste ensaio, foi possível identificar que a filosofia moral de MacIntyre pode ser entendida como um caminho apropriado de formação moral da sociedade e a sua vinculação no âmbito das organizações contemporâneas contribui significativamente para encontrar e organizar da melhor maneira a busca de consensos teleológicos como um fim voltado para o bem comum em favor da organização (BEADLE et al., 2006; BEADLE et al., 2011). Outrossim, foi possível identificar que a sua filosofia apresentou um forte direcionamento para os estudos das práticas sociais nas organizações, principalmente no âmbito do campo da aprendizagem organizacional.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A filosofia moral de Alasdair MacIntyre

O eixo central da filosofia moral de MacIntyre (2001) está pautado na pesquisa de natureza moral, isto é, um caminho que oferece uma possível garantia de realização de uma vida social mais justa. Para isso, sugere a prática, a narrativa e a tradição como os meios necessários para a formação moral do indivíduo, rompendo radicalmente com a herança da tradição moderna na medida em que questiona pressupostos exclusivamente racionais da sociedade tal como burocracia, autoridade e regularidades da vida social (KAVANAGH, 2013; LYNN, 2017).

A filosofia macintyreana vai defender a inclusão mais engajada do indivíduo na sociedade a partir de relações caracteristicamente comunitárias, isto é, nos aspectos da boa convivência humana (OVEREEN et al., 2011; BEADLE et al., 2011). Assim, ao escrever *Depois da Virtude*, MacIntyre contribuiu para que sua teoria fosse entendida como uma epistemologia de natureza prática e social, voltada para a construção de uma moralidade que busca uma maior integração dos indivíduos em torno da própria comunidade (MACINTYRE, 2010a).

Convém dizer que, do ponto de vista macintyreano, a sociedade se constitui inicialmente por amizade e continua por se consolidar no exercício de atividades práticas e compartilhadas na qual os indivíduos buscam a princípio, o bem comum, ou seja, nada mais do que a realização teleológica do bem especificamente humano (MACINTYRE, 1981, 1984, 1992). É nesse contexto que indivíduos e grupos de indivíduos aprendem a direcionar corretamente os fins fazendo também reconhecer suas próprias limitações, tais como possíveis conflitos que possam existir dentro da comunidade (MACINTYRE, 1990; 2010a).

Vale ressaltar que a reflexão em torno do comunitário proposta por MacIntyre (2001, 2010a) possui uma característica *sui generis*, de tal modo que aponta a prática como um dos meios que permitem justificar e corrigir moralmente as distorções da sociedade. Desse modo, atribui à sua noção de prática uma característica de sociabilidade com o propósito de superar a visão atomizada do homem moderno no que se refere à ação. Nos termos de MacIntyre (2001, 2010a), a prática é, assim, definida.

O significado que darei à 'prática' será o de qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade, e parcialmente dela definidores, tendo como consequência a ampliação sistemática dos poderes humanos para alcançar tal excelência, e dos conceitos humanos dos fins e dos bens envolvidos.

Essa busca é um caminho que permite inverter o imperativo dominante sob as relações em favor dos valores humanos, que se fazem imprescindíveis para uma vida social menos desigual, isto é, de tal modo que a racionalidade dos homens não esteja condicionada unicamente às exigências universalizantes. No entanto, ainda que MacIntyre sustente as práticas como um meio de superar a ênfase na racionalidade dominante e instrumental, faz-se necessário levantar uma crítica das práticas, na medida em que estas também podem ser vistas como insuficientes para alcançar um caminho assertivo de superação do individualismo, haja vista que as práticas podem não ser em sua plenitude capazes de oferecer toda a coerência necessária para a vida humana, uma vez que podem contribuir apenas em parte.

Para tornar essa discussão mais clara, essa justificativa incide em uma primeira instância, na ideia de que nem todas as práticas são teleologicamente boas, no sentido de que não elucidam claramente a noção de meio e fim dentro dos domínios em que ela própria opera (MACINTYRE, 1990, 2001). E, em uma segunda instância, porque as práticas podem entrar em supostas contradições em decorrência de choques de valores (MACINTYRE, 1990), cuja compreensão pode ser facilitada por aquilo que uma tradição defende na sua crença como verdadeiro ou falso (ALLEN, 1997). Dessa forma, a crença entre duas tradições permite ajudar a reconhecer elas mesmas, permitindo atribuir respostas aos problemas que uma tradição rival não poderia responder e, com isso, tornar possível encontrar uma explicação plausível às suas próprias deficiências.

Contudo, mesmo reconhecendo as limitações entre práticas e tradições, o pensamento comunitarista de MacIntyre pressupõe que não existe racionalidade prática fora das tradições (MARTINS, 2017). Tal pressuposto permite o surgimento de fenômenos capazes de dinamizar os propósitos da sociedade no tempo. Sobre tais fenômenos, estes se referem à capacidade de inovação do sujeito a partir da sua imersão em um mundo dinâmico e repleto de possibilidades.

Alguns trabalhos que tratam sobre o pensamento comunitarista de MacIntyre (2001) projetam essa abordagem no tocante dos EOs com base no campo das práticas (HOLT, 2006; MOORE et al., 2006; KEMPSTER et al., 2011; KAVANAGH, 2013), por entenderem que os indivíduos procuram se estabelecer em torno de práticas cujo objetivo principal seria o de possibilitar a realização das suas potencialidades para o bem da organização. Convém dizer que o entendimento que MacIntyre (2001) faz sobre as potencialidades é inspirado a partir do pensamento aristotélico sobre as questões que envolvem o ato e a potência.

Na concepção de MacIntyre (2001), para que as potencialidades façam sentido, os indivíduos devem se organizar socialmente em comunidades cuja finalidade é a de fomentar o desenvolvimento moral da comunidade, isto é, através de meios que assegurem a coesão dos participantes na atividade como garantia necessária para a realização dos seus próprios fins. Isso explica que os papéis dos indivíduos no 'seio' de uma unidade comunitária que garantem uma certa inteligibilidade à sua ação, permitindo caracterizá-la como uma ação teleológica voltada exclusivamente para o bem.

Nesse sentido, entre prática e tradição, o que os une está na denominada unidade narrativa (*narrative*). A sua essencialidade se justifica por tornar legítima as ações que representam as verdadeiras intenções do homem em comunidade. Dotada de um *telos* próprio, a narrativa é uma categoria responsável pela transmissão dos elementos morais necessários para transformar a vida humana em ações. Assim, a narrativa remete a um contexto de suma importância para a moral, isto é, porque permite corrigir ações desarticuladas e descontextualizadas que surgem devido à ausência de narrativas tradicionalistas, ou seja, pela ausência de relatos históricos que ao olhar macintyreano limitam significativamente o conhecimento e os valores necessários da vida humana em comunidade (PORTER, 2003). Assim, neste sentido,

MacIntyre desenvolve esta concepção mediante uma reflexão sobre a inteligibilidade da ação humana, que na sua visão pressupõe que as ações sejam incorporadas com base em um processo narrativo que lhes atribua um certo sentido. Nesses termos, isso implica que a vida seja considerada como uma unidade narrativa – central para a identidade do sujeito e como uma condição para a responsabilidade de ações passadas. Ao mesmo tempo, a unidade narrativa de uma vida é teleológica, pressupõe a possibilidade de avaliação de uma vida, em termos de êxito ou de fracasso. Assim, a vida deve se voltar para um bem que possa transcender o indivíduo.

Portanto, a narrativa na perspectiva de MacIntyre (2001) funciona como um elemento moral essencial para a bem do indivíduo e da comunidade (ZOLL, 2011), haja vista que, ao narrar, o indivíduo passa a se reconhecer como um sujeito que possui um passado repleto de papéis sociais, bem como por suas ações estarem interligadas pela temporalidade, desde o início até o fim da sua própria vida. Portanto, são nesses termos que a unidade narrativa proposta por MacIntyre enseja um fenômeno que transcende a modernidade, estando caracterizadas por questões coletivas (PORTER, 2003).

A filosofia moral de Alasdair MacIntyre na perspectiva dos estudos organizacionais

A visão clássica dos EOs é caracterizada pela predominância de uma tradição funcional, estruturada por meio de correntes teóricas que enxergam a organização como um elemento racional instrumentalizado por ações de regulação (RECKWITZ, 2002). Com a emergência de estudos críticos sobre essa visão, alguns movimentos e perspectivas reativas que buscam a sobrevivência da organização através de caminhos alternativos, passaram a introduzir frente ao *mainstream* um novo contexto na perspectiva dos EOs (CLEGG et al., 1999), de tal modo que as práticas, por exemplo, passaram a ser investigadas como uma das alternativas possíveis a favor do enfrentamento dessa tradição.

Nessa linha, o pensamento comunitarista de MacIntyre (2001) foi responsável por influenciar um grande grupo de teóricos das mais diversas áreas, tendo a sociologia, a antropologia, a história, a economia

e a administração como principais exemplos, uma vez que tem permitido uma grande variedade de articulações teóricas para a ampliação do conhecimento.

Assim, no âmbito das ciências administrativas, por exemplo, destacam-se alguns nomes que apresentaram e disseminaram o pensamento comunitarista de MacIntyre, sobretudo, no campo dos EOs, são eles: Mangham (1995); Randels (1995); Nash (1995); Horvath (1995); Brewer (1997); Beadle et al. (2006); Holt (2006); Nielsen (2006); Moore et al. (2006); Thomas (2008); Dobson (2008); Schwartz (2009); Halliday et al. (2010); Overeen et al. (2011); Beadle et al. (2011); Kempster et al. (2011); Moore (2012); Kavanagh (2013); Fernando et al. (2015); Moore (2015); Moore et al. (2016); e Lynn (2017). Para esses teóricos, o pensamento comunitarista de MacIntyre foi, de alguma maneira, responsável por buscar elementos capazes de imprimir um horizonte coletivo com direcionamentos voltados às necessidades dos tempos atuais.

Diante das possibilidades que o pensamento comunitarista macintyreano pode abarcar, buscou-se conhecer por meio desses trabalhos o uso dos conceitos por eles abordados, verificando a sua repercussão nos EOs. Nesses termos, a fim de identificar de maneira mais específica o pensamento comunitarista de MacIntyre (1972, 1981, 1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b), no tocante dos EOs, foi realizado um levantamento em cinco das principais plataformas de pesquisa acadêmica (*Web of Science, Ebsco Host, Scopus, Scholar, e Periódicos Capes*).

Para isso, foi realizado um levantamento de trabalhos no âmbito internacional, tendo como parâmetro de seleção, artigos científicos publicados na área dos EOs e avaliados com conceito 'A' no Qualis Capes. Nesse sentido, foram levantados um total de 12 periódicos, dentre eles: *Journal of Critical Realism; Journal of Management Inquiry; Journal of Business Ethics; Organization; Organization Studies; Administration & Society; Philosophy and Organization Theory; Leadership; Management Learning; Planning Theory; Human Relations e; Business Ethics Quaterly*.

Convém dizer que, neste levantamento, optou-se preferencialmente por filtros de busca avançada, a partir do uso de palavras-chaves como: *Alasdair MacIntyre and Administration; Alasdair MacIntyre and Management e; Alasdair MacIntyre and Organizational Studies*. A busca resultou, no total, 22 artigos, organizados da seguinte maneira, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Artigos sobre Alasdair MacIntyre nos Estudos Organizacionais.

Periódico	Título	Autor (es)	Ano	Conceito-chave em MacIntyre	Relação com os EOs
<i>Journal of Critical Realism</i>	<i>MacIntyre, Managerialism, and Metatheory: Organizational Theory as an Ideology Control</i>	Lynn, A.	2017	Moral; unidade narrativa ou narrativa; virtude.	Poder.
<i>Journal of Management Inquiry</i>	<i>Bringing morality back in: Institutional Theory and MacIntyre</i>	Moore, G. e Grandy, G.	2016	Moral; emotivismo; tradição.	Teoria institucional; Teoria da burocracia.
<i>Journal of Business Ethics</i>	<i>Corporate character, corporate virtues</i>	Moore, G.	2015	Moral; prática; bens internos; bens externos; virtude.	Aprendizagem organizacional.
<i>Journal of Business Ethics</i>	<i>MacIntyrean Virtue Ethics in Business: A Cross-Cultural Comparison</i>	Fernando, M. e Moore, G.	2015	Moral; virtude.	Aprendizagem organizacional; Abordagem cultural nas organizações.
<i>Organization</i>	<i>Problematizing practice: MacIntyre and management</i>	Kavanagh, D.	2013	Moral; prática; bens internos; bens externos.	Aprendizagem organizacional.
<i>Organization Studies</i>	<i>Virtue in business: Alliance Boots and an empirical exploration of MacIntyre's conceptual frameworks</i>	Moore, G.	2012	Moral; prática; virtude.	Comunidades de prática; aprendizagem organizacional.

<i>Administration & Society</i>	<i>After Managerialism: MacIntyre's lessons for the study of Public Administration</i>	Overeem, P. e Tholen, B.	2011	Moral; emotivismo; comunitarismo; virtude.	Aprendizagem organizacional.
<i>Philosophy and organization theory</i>	<i>MacIntyre, neo-aristotelianism and organization theory</i>	Beadle, R. e Moore, G.	2011	Moral; comunitarismo; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Aprendizagem organizacional.
<i>Leadership</i>	<i>Leadership as purpose: exploring the role of purpose in leadership practice</i>	Kempster, S.; Jackson, B.; Conroy, M.	2011	Moral; prática; bens internos; bens externos.	Aprendizagem organizacional.
<i>Management Learning</i>	<i>A macintyrian perspective on organizational learning</i>	Halliday, L. e Johnsson, M. C.	2010	Moral; comunitarismo; prática; bens internos; bens externos; unidade narrativa ou narrativa.	Aprendizagem organizacional; poder.
<i>Journal of Business Ethics</i>	<i>Moral Vision: Iris Murdoch and Alasdair MacIntyre</i>	Schwartz, M.	2009	Moral; virtude.	Teoria crítica.
<i>Planning Theory</i>	<i>Research ethics in planning: a framework for discussion</i>	Thomas, F.	2008	Moral; virtude.	Teoria crítica.
<i>Journal of Business Ethics</i>	<i>Alasdair MacIntyre's Aristotelian Business Ethics: A Critique</i>	Dobson, J.	2008	Moral; comunitarismo; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Aprendizagem organizacional; Teoria crítica.
<i>Organization Studies</i>	<i>MacIntyre on virtue and organization</i>	Beadle, R. e Moore, G.	2006	Moral; comunitarismo; virtude.	Comunidades de prática; Aprendizagem organizacional.
<i>Human Relations</i>	<i>Principals and practice: rethoric and the moral character of managers</i>	Holt, R.	2006	Moral; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Aprendizagem organizacional.
<i>Organization Studies</i>	<i>Introduction to the Special Issue. In Search of Organizational Virtue: Moral Agency in Organizations</i>	Nielsen, R.	2006	Moral; emotivismo; virtude.	Aprendizagem organizacional.
<i>Organizations Studies</i>	<i>In Search of Organizational Virtue in Business: Agents, Goods, Practices, Institutions and Enviroments</i>	Moore, G. e Beadle, R.	2006	Moral; prática; bens internos; bens externos; virtude.	Comunidades de prática; aprendizagem organizacional.
<i>Journal of Business Ethics</i>	<i>Management as a practice: a response to Alasdair MacIntyre</i>	Brewer, K.	1997	Moral; prática; bens internos; bens externos; virtude.	Aprendizagem organizacional; teoria da burocracia; teoria crítica.
<i>Organization</i>	<i>MacIntyre and the Manager</i>	Mangham, L.	1995	Moral; comunitarismo; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Teoria da burocracia; teoria crítica.
<i>Organization</i>	<i>Morality and the Manager after MacIntyre: a response to Mangham</i>	Randels, G. D.	1995	Moral; comunitarismo; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Teoria da burocracia; teoria crítica.
<i>Organization</i>	<i>Whose character? A response to Mangham's 'MacIntyre and the manager'</i>	Nash, L.	1995	Moral; comunitarismo; prática; unidade narrativa ou narrativa; tradição.	Teoria da burocracia; teoria crítica.
<i>Business Ethics Quaterly</i>	<i>Excellence v. effectiveness: MacIntyre's critique of business</i>	Horvath, C.	1995	Moral; prática; bens internos; bens externos; virtude.	Aprendizagem organizacional; inovação.

Nesses termos, os artigos relacionados no quadro 1 fazem menção a pesquisas que vinculam o pensamento comunitarista de MacIntyre (1981, 1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b) na teoria organizacional e, de maneira a contextualizar a ilustração referida no quadro 1, foi evidenciado por parte dos autores a inclusão mais engajada do seu pensamento no tocante dos EOs, esperando compreender os contextos possíveis do seu pensamento nas organizações.

Para ficar mais claro, os trabalhos de Lynn (2017); Moore et al. (2016); Fernando et al. (2015); Moore (2015, 2012), assim como os de Beadle et al. (2011, 2006) e Moore et al. (2006) são aqueles que mais se destacam para os propósitos deste ensaio, considerando que propõem uma leitura do pensamento comunitarista macintyreano ao repensarem as organizações dentro de um horizonte coletivo com direcionamentos voltados às necessidades dos tempos atuais, assim como, por pensarem a sociedade além da sua capacidade regulatória, priorizada por um sentido constante de mudança.

No caso dos trabalhos de Kavanagh (2013); Overeen et al. (2011); Kempster et al. (2011); Halliday et al. (2010); Schwartz (2009); Thomas (2008); Dobson (2008); Holt (2006); Nielsen (2006); Brewer (1997);

Mangham (1995); Randels (1995); Nash (1995); e Horvath (1995) destacam os principais pressupostos do pensamento comunitarista macintyreano, sobretudo no que se referem as práticas sociais nas organizações.

Nesse sentido, o alinhamento entre Kavanagh (2013); Overeen et al. (2011); Kempster et al. (2011); Halliday et al. (2010); Schwartz (2009); Thomas (2008); Dobson (2008); Holt (2006); Nielsen (2006); Brewer (1997); Mangham (1995); Randels (1995); Nash (1995); e Horvath (1995) se dá porque discutem a teoria moral a partir de micro ações originadas pela interação contínua dos agentes em comunidades, repensando as organizações num horizonte coletivo com direcionamentos voltados às necessidades dos tempos atuais, pensando a sociedade além da sua capacidade regulatória, priorizada por um sentido de mudança, além de discutir a teoria moral a partir de micro contextos dinâmicos que se originam pela interação contínua de ações entre os agentes que participam em comunidade.

No entanto, é pertinente apontar que os artigos sugerem algumas limitações, devido à insuficiente capacidade de articulação entre eles, sobretudo na realização de diálogos e críticas entre as construções epistemológicas desenvolvidas pelos autores. Sobre isso, salvo algumas exceções que foram identificadas com base nos trabalhos de Moore et al. (2016), Moore (2015), Fernando et al. (2015), Moore (2012), Beadle et al. (2011), Beadle et al. (2006) e Moore et al. (2006) que realizam diálogos epistemológicos sobre os efeitos da teoria moral macintyreana no âmbito das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse ensaio teórico foi possível compreender que uma das contribuições mais significativas de MacIntyre (1981, 1983, 1984, 1990, 1992, 1998, 2001, 2009, 2010a, 2010b), está fundamentada na construção da sua teoria moral dentro do âmbito comunitário. No tocante dos EOs, o aspecto inovador do comunitarismo macintyreano reside sobretudo nas organizações não estarem exclusivamente pautadas com base em uma razão moral universal que pudesse inibir determinadas ações. Com efeito, a lógica epistemológica do seu pensamento abriu espaço para que diversas áreas do conhecimento pudessem ampliar as suas discussões, concordando ou criticando com algumas de suas possibilidades.

Convém dizer, ainda, que, para MacIntyre (1981, 2001) a realização de uma pesquisa moral no âmbito comunitário apenas pode ser legitimada se estiver baseada em práticas, mais especificamente as sociais, sendo também necessário a realização de uma análise em torno de tradições para que seja possível chegar a compreensão dos principais problemas que permeiam a sociedade na atualidade.

Nesse sentido, faz uso da filosofia aristotélica no sentido de organizar um esquema constituído de três elementos essenciais para a vida do sujeito, conforme discutido através da prática, narrativa e tradição. Portanto, com base nos trabalhos levantados e analisados, foi possível entender que a conclusão deste ensaio se sustenta, substancialmente, pela aplicabilidade do seu pensamento no tocante aos EOs, que foram justificadas por meio das aproximações e possibilidades epistemológicas que puderam ser diagnosticadas e discutidas através dos trabalhos mencionados.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, A.. MacIntyre's traditionalism. **The Journal of Value Enquiry**, v.31, n.4, p.511-525, 1997. DOI: <http://doi.org/10.1023/A:1004236007890>
- BEADLE, R.; MOORE, G.. MacIntyre on virtue and organization. **Organization Studies**, v.27, n.3, p.323-340, 2006. DOI: <http://doi.org/10.1177/0170840606062425>
- BEADLE, R.; MOORE, G.. MacIntyre, neo-aristotelianism and organization theory. In: HARIDIMOS, T.; CHIA, R.. Philosophy and Organization Theory. **Research in the Sociology of Organizations**, v.32, p.85-121, 2011. DOI: [http://doi.org/10.1108/S0733-558X\(2011\)0000032006](http://doi.org/10.1108/S0733-558X(2011)0000032006)
- BREWER, K. B.. Management as a practice: a response to Alasdair MacIntyre. **Journal of Business Ethics**, v.16, n.8, p.825-833, 1997. DOI: <http://doi.org/10.1023/A:1017997200200>
- CHANLAT, J. F.. Francophone organizational analysis (1950-1990): an overview. **Organization Studies**, v.15, p.47-79, 1994.
- CLEGG, S.; HARDY, C.. Introduction: organizations, organizations and organizing. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.. **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1999. p.1-28.
- DAMASCENO, M. M.. **Tradição, Razão e Verdade na Filosofia Moral de Alasdair MacIntyre**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ESPADA, J. C.. O liberalismo, a modernidade e os seus críticos. **Análise Social**, v.33, p.237-247, 1998.
- FERNANDO, M.; MOORE, G.. MacIntyrean Virtue Ethics in Business: A Cross-Cultural Comparison. **Journal of Business Ethics**, v.132, p.185-202, 2015. DOI: <http://doi.org/10.1007/S10551.014.2313.6>
- FONTENELE, T. L. R.. **Os pressupostos de uma ética das virtudes na filosofia de Alasdair MacIntyre**: práticas, narrativas de vida e tradição. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- HALLIDAY, L.; JOHNSON, M. C.. A macintyrian perspective on organizational learning. **Management Learning**, v.41, n.1, p.37-51, 2010. DOI: <http://doi.org/10.1177/1350507609347589>
- HOLT, R.. Principals and practice: rhetoric and the moral character of managers. **Human Relations**, v.59, n.12, p.1659-1680, 2006. DOI: <http://doi.org/10.1177/0018726706072867>
- HORVATH, C.. Excellence v. effectiveness: MacIntyre's critique of business. **Journal of Business Quarterly**, v.5, n.3, p.499-532, 1995. DOI: <http://doi.org/10.2307/3857396>
- KAVANAGH, D.. Problematising practice: MacIntyre and management. **Organization**, v.20, n.1, p.103-115, 2013. DOI: <http://doi.org/10.1177/1350508412460994>
- KELSEN, H.. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KEMPSTER, S.. Leadership as purpose: exploring the role of purpose in leadership practice. **Leadership**, v.7, n.3, p.317-334, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1177/1742715011407384>
- KNIGHT, K.. MacIntyre's Progress. **Journal of Moral Philosophy**, v.6, n.1, p.115-126, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1163/174552409X365964>
- LYNN, A.. MacIntyre, Managerialism, and Metatheory: Organizational Theory as an Ideology Control. **Journal of Critical Realism**, p.1-20. DOI: <http://doi.org/10.1080/14767430.2017.1282299>
- MACINTYRE, A.. **After Virtue: A Study in Moral Philosophy**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1981.
- MACINTYRE, A.. Colors, Cultures and Practices. **Midwest Studies in Philosophy**, v.17, n.1, p.1-23, 1992. DOI: <http://doi.org/10.1111/J147549751992TB00139X>
- MACINTYRE, A.. Danish Ethical Demands and French Common Goods: Two Moral Philosophies. **European Journal of Philosophy**, v.18, n.1, p.1-16, 2010b. DOI: <http://doi.org/10.1111/j.1468-0378.2009.00393.x>
- MACINTYRE, A.. **Depois da virtude**: um estudo em teoria moral. Bauru: EDUSC, 2001.
- MACINTYRE, A.. **Justiça de quem? Qual racionalidade?**. Loyola: São Paulo, 2010a.
- MACINTYRE, A.. Moral, Rationality, Tradition and Aristotle: A Replay to O. **Inquiry**, v.26, n.4, p.447-466, 1983.
- MACINTYRE, A.. Praxis and Action. **Review of Metaphysics**, v.25, n.4, p.737-744, 1972.
- MACINTYRE, A.. The Claims of After Virtue. **Analyse & Kritik**, v.6, n.1, p.3-7, 1984. DOI: <http://doi.org/10.1515/auk19840101>
- MACINTYRE, A.. The Very Idea of a University: Aristotle, Newman and Us. **British Journal of Educational Studies**, v.57, n.4, p.347-362, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1111/j.1467-8527.2009.00443.x>
- MACINTYRE, A.. **Three Rival Versions of Moral Enquiry**. London: Duckworth, 1990.
- MANGHAM, L.. MacIntyre and the Manager. **Organization**, v.2, n.2, p.181-204, 1995. DOI: <http://doi.org/10.1177/135050849522002>
- MARQUES, M. R.. Alasdair MacIntyre e a defesa da concepção de pesquisa racional nas tradições morais. **Argumentos**, v.1, n.1, 2009.
- MELA, L.. MacIntyre on Personal Identity. **Public Reason**, v.3, n.1, p.103-113, 2011.
- MOORE, G.. Corporate character, corporate virtues. **Journal of Business Ethics**, v.24, n.2, p.100-114, 2015.

MOORE, G.. Virtue in business: Alliance Boots and an empirical exploration of MacIntyre's conceptual frameworks. **Organization Studies**, v.27, n.3, p.363-387, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1177/0170840611435599>

MOORE, G.; BEADLE, R.. In Search of Organizational Virtue in Business: Agents, Goods, Practices, Institutions and Enviroments. **Organization Studies**, v.27, n.3, p.369-389, 2006. DOI: <http://doi.org/10.1177/0170840606062427>

MOORE, G.; GRANDY, G.. Bringing morality back in: Institutional Theory and MacIntyre. **Journal of Management Inquiry**, v.26, n.2, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1177/1056492616670754>

NASH, L.. Whose character? A response to Mangham's: MacIntyre and the manager. **Organization**, v.2, n.2, p.226-232, 1995. DOI: <http://doi.org/10.1177/1350849522006>

NIELSEN, R.. Introduction to the Special Issue. In Search of Organizational Virtue: Moral Agency in Organizations. **Organization Studies**, v.27, n.3, 2006. DOI: <http://doi.org/10.1177/0170840606062424>

OVEREEM, P.; THOLEN, B.. After Managerialism: MacIntyre's lessons for the study of Public Administration. **Administration & Society**, v.43, n.7, p.722-748, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1177/0095399711412728>

PORTER, J.. Tradition in the recent work of Alasdair MacIntyre. In: MARK, C. M.. **Alasdair MacIntyre**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RANDELS, G. D.. Morality and the Manager after MacIntyre: a response to Mangham. **Organization**, v.2, n.2, p.205-211, 1995. DOI: <http://doi.org/10.1177/135050849522003>

RAWLS, J.. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RECKWITZ, A.. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v.5, n.2, p.243-263, 2002. DOI: <http://doi.org/10.1177/13684.310222225432>

SCHNEEWIND, J. B.. Virtue, Narrative, and Community: MacIntyre and Morality. **The Journal of Philosophy**, v.79, n.11, p.653-663, 1982. DOI: <http://doi.org/10.2307/2026540>

SCHWARTZ, M.. Moral Vision: Iris Murdoch and Alasdair MacIntyre. **Journal of Business Ethics**, v.90, p.315-327, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1007/s10551-010-04180-0>

THOMAS, F.. Research ethics in planning: a framework for discussion. **Planning Theory**, v.7, n.1, p.7-23, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1177/14733095207085663>

TSOUKAS, H.. A dialogical approach to the creation of new knowledge in organizations. **Organization Science**, v.20, n.6, p.941-957, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1287/ORSC.1090.0435>

ZOLL, P.. How to Proceed Philosophically? A Critique of Alasdair MacIntyre's Narrative-Historicist Conception of Progress. **The Heythrop Journal**, v.52, p.104-112, 2011.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.